

GOLDMAN, Emma. Mary Wollstonecraft: su trágica vida y su apasionada lucha por la libertad. In: GOLDMAN, Emma. *La mujer más peligrosa del mundo: textos feministas de Emma Goldman*. [S.l.: s.n.], S.d. Disponível em: https://anarkobiblioteca3.files.wordpress.com/2016/08/la_mujer_mc3a1s_peligrosa_del_mundo_-_emma_goldman.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

GUNTHER-CANADA, Wendy. “The Same Subject Continued”: two hundred years of Wollstonecraft scholarship. In: FALCO, Maria J. (ed.). *Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1996.

LOIS, Marta. Mary Wollstonecraft: la fuerza de las palabras. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los derechos de las mujeres*. Madrid: Istmo, 2005.

MACÓN, Cecilia. Ansiedad, indignación y felicidad para la emancipación: el camino de Mary Wollstonecraft. In: LOSIGGIO, Daniela; MACÓN, Cecilia. *Afectos políticos: ensayos sobre actualidad*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017, p. 31-50.

RUNCIMAN, David. Mary Wollstonecraft on sexual politics. *Talking Politics: History of Ideas*, S.d. Disponível em: <https://www.talkingpoliticspodcast.com/history-of-ideas/wollstonecraft>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TAYLOR, Barbara. Feminism and the enlightenment 1650-1850. *History Workshop Journal*, n. 47, p. 261-272, 1999.

TODD, Janet. Introduction. In: WOLLSTONECRAFT, Mary; SHELLEY, Mary. *Mary and Maria, Matilda*. London: Penguin, 1992.

_____. Introduction. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the education of daughters*. Bristol: Thoemmes Press, 1995.

TRISTÁN, Flora. *Paseos en Londres*. Barcelona: Global Rhythm Press, 2008.

WEISS, Penny. Wollstonecraft and Rousseau: the gendered fate of political theorists. In: FALCO, Maria J. (ed.). *Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1996.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Original stories from real life, with conversations calculated to regulate the affections and form the mind to truth and goodness*. London: Joseph Johnson, 1788.

_____. *Vindicación de los derechos de la mujer*. Madrid: Istmo, 2005.

_____. *Letters written in Sweden, Norway and Denmark*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Capítulo 3

Sojourner Truth

Maria Abreu

A vida

Foi difícil encontrar um eixo para estruturar uma seção que tivesse como objeto a vida e obra de Sojourner Truth. São tantos os epítetos que acompanham a autora, frases célebres, autodefinições e sínteses conscientes de si própria, que o eixo escolhido o foi porque a coloca como uma interlocutora de outros pensadores e atores sociais, como espero ser suficientemente apontado ao longo deste curto texto.

Sojourner Truth não foi uma “autora”, ao menos não de textos escritos. Mas seus discursos compõem várias coletâneas do pensamento feminista, do pensamento abolicionista e também figuram em antologias dos melhores discursos estadunidenses de todos os tempos.

Que oradora foi essa, iletrada das palavras escritas, que conseguiu, com tanta argúcia, utilizar, por meio da oralidade, eloquência e estratégia discursiva, a ponto de tornar-se respeitada entre pares homens e mulheres, negros(as) ou brancas(os) e ser recebida pelo presidente Abraham Lincoln?

A peregrina da verdade – tradução literal do nome Sojourner Truth para a língua portuguesa –, nasceu com o nome de Isabella Baumfree, aproximadamente entre os anos de 1797 e 1800 – de acordo com a narrativa da própria autora. Era filha de James e Betsey, que se comunicavam com ela predominantemente em holandês,

escravizados pelo senhor Ardinburgh, Hurley, do condado de Ulster, estado de Nova York (TRUTH, 2000, p. 574).¹

Dentre as memórias de Isabella, recebem destaque a do seu senhor Charles Ardinburgh, que transformou sua propriedade em um hotel, após o declínio econômico de seu pai (TRUTH, 2000, p. 575). Uma cela no subsolo do hotel que servia como dormitório dos escravizados, era o lugar onde todos eram “possuídos”, em todos os sentidos. Nas memórias de Truth, aquilo que ocupa o principal lugar não eram as condições materiais precárias do lugar, mas a esperada obediência que se apresentava como voluntária, do ponto de vista do senhor – portanto, era um *como se*, e não de fato voluntária – e inteligente daqueles que estavam na condição de escravizados. O que exatamente significava o termo “intelligent” não fica claro. De acordo com ela, o que justificava essa expectativa de seu senhor era sua condição de *homem* (TRUTH, 2000, p. 576, grifo da autora).

Isabella/Truth não se lembrava de quantos irmãos havia tido. A provável razão para a fragilidade dessa memória vem do fato de que ela era a filha mais nova, e todos os seus irmãos haviam sido vendidos, para além de sua apropriação das datas e sequência dos fatos (TRUTH, 2000, p. 576). Apenas ela e seu irmão mais novo, Peter, permaneceram, junto a seus pais, como propriedade de Charles Ardinburgh até seu declínio, que ocorreu quando Isabella tinha quase nove anos de idade (TRUTH, 2000, p. 578). Sua mãe buscava ensinar-lhe as virtudes da obediência, mas Isabella se perguntava, dentre outras perguntas comuns a crianças sagazes: “[...] as estrelas, e até mesmo a lua, são a mesma para todos, por que são tão distantes para nós?” (TRUTH, 2000, p. 578, tradução nossa).

Aos nove anos, com a perda de seus pais, Isabella enfrentou uma série de processos judiciais. No fim do primeiro julgamento, após várias batalhas, inclusive de linguagem, ela passou a ser escrava do senhor e da senhora Dumont, que haviam sido educados como não proprietários de escravizados e tinham utilizado apenas trabalhadores (TRUTH, 2000, p. 587).

Isabella chegou a ter um namorado, Robert, que, em algum momento, teve de deixar de vê-la, o que se tornou um de seus desapontamentos amorosos (TRUTH, 2000, p. 591). Pouco tempo depois, Isabella casou-se com Thomas, também um escravizado, e tornou-se mãe de cinco filhos. Após o decreto de emancipação pelo estado, Isabella estava confiante de que obteria as cartas de libertação. Porém, após uma grave doença na mão em 1826, sua declaração de alforria foi negada. “Como eu posso fugir?” era a pergunta que a mobilizava.

Buscando livrar-se de seu senhor, ela teve de vender um de seus filhos, que foi revendido de forma ilegal (TRUTH, 2000, p. 599). Isabella enfrentou mais uma série de julgamentos, viu seu próprio filho preferir ficar com o seu senhor e perdeu a filha Eliza de maneira trágica, após ter sido assassinada (TRUTH, 2000, p. 609).

Foi então que teve início sua experiência religiosa mais dedicada. Isabella necessitava buscar a dimensão espiritual de sua condição de sujeito. Lá pelos fins de 1828, seu filho, que havia se tornado seu senhor, pois havia decidido ficar com a família que os recebera na condição de escravizados, a libertou, em um processo que contou com a ajuda dos *Quakers* (STETSON; DAVID, 1994 p. 48). Ainda de acordo com Stetson e David, é nesse momento que ela decide se enveredar pelos caminhos da religião, sem, contudo, se filiar dogmaticamente a nenhuma de suas vertentes.

Lembre-mos que Sojourner Truth não lia textos escritos diretamente. Para que ela tivesse acesso aos escritos bíblicos era necessária a mediação de alguém – prática comum naquele período. Em pouco tempo, ela passou a preferir que a leitura da Bíblia fosse feita pelas crianças. Em primeiro lugar, porque crianças tinham paciência de ler quantas vezes fossem necessárias e, principalmente, porque crianças não acrescentavam à leitura suas interpretações, dando-lhe a oportunidade de interpretar os textos bíblicos com autonomia.

Essa autonomia iria revelar-se em outras dimensões. Ela, iletrada na escrita, se considerava “leitora de pessoas e nações” (STETSON; DAVID, 1994, p. 3). Seu empenho nos estudos religiosos e, mais tarde, na leitura rotineira de jornais deu a ela a capacidade de cultivar uma ética autonomamente construída e de analisar os acontecimentos que transformariam sua elaboração mental e emocional em uma potente capacidade de comunicação. Essa comunicação foi feita com palavras, em discursos públicos, com plateias pouco receptivas e bastante exigentes.

¹ Houve dúvida sobre como referenciar a biografia de Sojourner Truth. Existente em várias versões e transcrita por Oliver Gilbert, seria o caso de colocar Gilbert como coautora? Neste texto, preferi utilizar a versão da biografia existente na coletânea organizada por Andrews e Gates Jr., para que os leitores e leitoras pudessem, de acordo com sua curiosidade, ser convidados(as) a lerem biografias de outros(as) escravizados(as). Nesta edição, Truth (2000) aparece como autora, sem a menção, do ponto de vista de referência editorial, a Oliver Gilbert, sua transcritora. Os dados biográficos aqui descritos são retirados dessa biografia.

A obra

O discurso mais conhecido de Sojourner Truth é *...ain't I a Woman?* (E eu não sou uma mulher?), transcrito por Oliver Gilbert e depois assumindo versões diferentes, desde que foi publicado (CARDOSO; SILVEIRA, 2020). O discurso se popularizou, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil em coletâneas de discursos e por ser citado por diversas autoras contemporâneas negras. No Brasil, é possível que o contato com o discurso tenha se difundido ainda mais, a partir da tradução dos livros *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (2016), em que o discurso é apontado como feito em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, ou por meio do livro de bell hooks também com esse título.

De acordo com Davis, baseada em pesquisa histórica a respeito da história do sufrágio das mulheres, a própria presidenta do evento apontou que havia poucas mulheres que ousavam falar em um encontro. A voz de Truth soava como um trovão (DAVIS, 2016, p. 71). Sua fala evocava Cristo, seus braços grossos e fortes, sua história de escrava e sua condição de mulher. No encontro, foi aplaudida por quem ali estava, embora seu discurso tenha desagradado mulheres brancas que não gostaram de sua causa pelo sufrágio ser equiparada à causa negra (DAVIS, 2016, p. 72).

Mas qual a especificidade de Sojourner Truth, além de seus dons como oradora? Por que seus discursos eram tão convincentes e comoventes? Não é possível afirmar de forma inequívoca a origem da eloquência de seus discursos. Depois de sua alforria, ela percorreu o país, especialmente a Costa Leste, frequentando igrejas e absorvendo a capacidade discursiva religiosa. O mais destacável dessa experiência, comum para a época entre os ex-escravizados,² é que ela tomou da religião não o seu dogmatismo, mas a sua transcendência. E utilizou os argumentos religiosos humanistas para afirmar que todos os negros eram humanos. Com a religião, em 1856, ela já combatia a desumanização da população negra e reivindicava uma igualdade entre brancos e negros baseada na própria relação com o divino.

Outra dimensão de seus discursos era a estratégia. Daí, vinha sua capacidade de leitora de “pessoas”. Quando, em seu mais famoso discurso, ela se colocou como mulher negra que arrou e trabalhou a terra como um homem, afastou habilidosamente argumentos que apontavam a fragilidade constitutiva das mulheres, e perguntou: não sou eu uma mulher?

Em contrapartida, se a condição de mulher negra poderia enfraquecer sua condição “feminina”, de acordo com as convenções da época, ela recorria em seu discurso à maternidade e ao sofrimento de ter visto seus filhos vendidos. Para reforçar a correção dessa interpretação, basta notar que a fala de Truth vem logo após um senhor ressaltar a fragilidade como algo essencial da natureza das mulheres, que precisavam de ajuda para saltar das carruagens, quando havia poças d'água impedindo o seu salto tranquilo. Essa visão, que tinha como referência a mulher branca, aristocrática, que andava em carruagens, foi desmontada pelo discurso de Truth ao dizer que nunca precisou de ajuda. Trabalhava como um homem. E continuava sendo uma mulher (DAVIS, 2016, p. 72).

Truth foi uma mulher que tinha experimentado toda a brutalidade da vida, que poderia ser vista como natural, mas que foi resultado de sua condição de escrava: foi separada dos filhos e trabalhou até a exaustão, não encontrando na vida a igualdade esperada – aquela de todos que olham o céu estrelado e o luar. Além disso, tinha experimentado também a necessidade de lutar, de forma argumentativa – e, inclusive, judicialmente – para obter qualquer liberdade ou alteração em seu *status* jurídico.

Esse discurso, feito no contexto do debate pelo direito ao voto, tanto de negros e negras, quanto de mulheres brancas, embora seja o mais famoso, não foi o único de destaque em sua carreira. Mesmo depois da abolição, sua luta pelo voto continuou. O voto negro foi conquistado pela 15ª Emenda à Constituição estadunidense, ratificada em 3 de fevereiro de 1870, que proibia negar o direito de voto, sob pretexto de raça, cor ou condição servil.

No entanto, foi somente em 1965, com o *Voting Rights Act*, Lei Federal sancionada por Lyndon Johnson, fruto da luta por direitos civis liderada principalmente por Martin Luther King, que os estados do sul estadunidense ficaram realmente proibidos de criar obstáculos para que a população negra pudesse votar e se candidatar (UNITED STATES, S.d.). O voto feminino foi permitido apenas em 1920, 37 anos após a morte de Sojourner Truth em 1883.

² Os encontros religiosos como esfera de sociabilidade e de formação de lideranças negras não são específicos da época. Grandes líderes estadunidenses do movimento negro e mesmo na academia, buscavam fontes religiosas para o fundamento de seus discursos e para a humanização dos negros. Tal humanização era necessária para a formação de um argumento convincente, profundo e transcendente de igualdade. Dentre esses líderes, podemos mencionar os mais conhecidos: William Du Bois, Malcolm X e Martin Luther King Jr. Mesmo líderes que se destacaram nas artes, como Maya Angelou e Nina Simone, também tinham traços religiosos em sua obra e suas práticas ativistas.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Antes mesmo da abolição, Truth discursou pela distribuição de terras àqueles recém-libertos, como medida necessária para que pudessem, de fato, exercer sua liberdade. Em virtude disso, ela recebeu a alcunha de “profeta da justiça”. E outras causas foram abraçadas por ela. Sua notoriedade a levou a encontrar o presidente Abraham Lincoln. O que teria acontecido nesse encontro é objeto de especulações na literatura e cabe aos leitores investigarem.

A especificidade da autora, então, reside no fato de ter usado a sua falta de letramento como uma possível vantagem. Seus discursos falavam dos problemas e, ao mesmo tempo, recorriam a temas transcendentais, por meio da religião, sem necessitar de mediações. Nesse aspecto, ela dialogou – sem ter consciência disso – com outros pensadores que vieram antes ou estavam escrevendo em outros lugares.

Sua preocupação em mostrar a essência, deixando de lado as sombras de sua vida, não tem o mesmo significado do par conceitual aparência/essência de Marx. No caso de Truth, a prevalência da substância não tem a ver com desvelamento, mas com esforço pessoal. Deixar as sombras para que emerja o que importa é um exercício de procedimentos existenciais que prenuncia uma consciência de si, que apenas a literatura psicanalítica, ainda não existente – em seu alcance sobre a subjetividade, o inconsciente e as armadilhas entre as pulsões individuais – e a literatura marxista, na medida em que diferenciava o “em si” do “para si” e da consciência de classe, poderiam amalgamar.

Ela não precisou recorrer a qualquer sofisticação filosófica ou de teoria sociológica, que necessitaria de muitas mediações para serem aplicadas ao caso concreto. Sua vida já era complexa. Seus sonhos de justiça para a população negra e de direitos políticos para mulheres e negros já subvertiam a ordem vigente e eram compreendidos por grupos amplos, sem necessitar de sofisticações teóricas. Eram necessários bons argumentos, formados a partir de alguma transcendência, mas também da vivência concreta da subalternidade e da exclusão formal e jurídica, além da social. Truth conseguiu esse amálgama entre transcendência e experiência, que precisa ser estudado com todo cuidado, dado o êxito argumentativo, estratégico e consecutivo de seus propósitos.

Nas questões dos direitos dos negros, seus grandes interlocutores foram William Lloyd Garrison e Frederick Douglass. Em sua defesa dos direitos das mulheres, suas parceiras foram Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony (MICHELS, 2015).

Sojourner Truth, a peregrina da verdade, foi uma vencedora, utilizando argumentos, e não dogmas, universalizando suas condições, e não as tornando reivindicações individuais anedóticas que poderiam servir de precedentes jurídicos futuros. Sua ação foi contundente, brilhante, convincente e inesquecível: a glória, em meio à turbulência, na expressão feliz de um de seus comentadores (STETSON; DAVID, 1994).

A atualidade da autora

Atualmente, o debate sobre o racismo está na ordem do dia. Se, de um lado, temos o movimento *Black lives matter*, de outro, assistimos a eventos absurdos que transmitem a percepção de que nada mudou. No entanto, sabemos que muitos avanços foram conquistados, e os debates hoje estão bastante plurais, requerendo dos cientistas sociais, em todas as áreas – Sociologia, Antropologia e Politologia – simultaneamente, o questionamento de paradigmas teóricos simplórios, o resgate daqueles mais robustos e a formulação de uma abordagem que dê conta de interações sociais cada vez mais interseccionais e complexas.

O que se pode dizer é que Truth traz uma rica reflexão sobre a necessidade de alguma transcendência para o enfrentamento dos problemas concretos. Acreditar que essa transcendência viria por meio de uma consciência racional de pertencimento a um grupo seria exigir de sua reflexão algo que estaria disponível apenas muito tempo depois. Ela aponta para a necessidade de que lidemos com a questão religiosa sem preconceitos, ligando-a à própria necessidade de transcendência da existência humana. Admitir isso relativiza a importância da defesa da laicidade do Estado, ou mesmo os diagnósticos mais apressados de que muitos de nossos problemas contemporâneos estão atrelados a novas modalidades de filiação religiosa. Sua trajetória está emaranhada na própria história estadunidense, em que a diversidade religiosa é uma das fontes de justificativa de seus direitos e liberdades individuais.

Além disso, ela coloca em evidência um preceito feminista de que “a experiência vivida importa”, não para deslegitimar a fala de interlocutores, mas para acentuar que certas experiências e sua respectiva violência apenas podem ser narradas por aquelas e aqueles que as viveram.

Por fim, ela colocou sua grandeza como desafio: quem será capaz de discursar em favor da população negra e da população do sexo feminino como ela o fez? Ela praticou a interseccionalidade e a consubstancialidade entre gênero e raça antes mesmo que essas categorias, altamente sofisticadas do ponto de vista sociológico, fossem trabalhadas pelos estudos acadêmicos. Seria interessante se esses estudos retornassem historicamente a momentos em que a consubstancialidade estava, do ponto de vista concreto, evidente, pois nem negros, nem mulheres eram *institucionalmente* reconhecidos como iguais. Retornar aos momentos em que as conquistas legislativas/institucionais acontecem pode ajudar a compreender como, atualmente, as questões de raça, gênero e classe continuam imbricadas.

Assim, de forma não intencional, a autora dialoga com seus contemporâneos sobre aparência e essência, os imediatamente posteriores, a respeito da importância dos vínculos transcendentais religiosos e antecipa, o que mais tarde será chamada de justiça social – nos Estados Unidos não tão tarde, por meio do *Homestead Act*, de 1862 –, e a interseccionalidade e consubstancialidade de gênero e raça, que apenas seriam formuladas teoricamente no último quartil do século XX. Se a realidade for a melhor dos guias, Sojourner Truth levou esse comando às últimas consequências.

Referências

- CARDOSO, Carla; SILVEIRA, Julio. Apresentação. In: TRUTH, Sojourner; GILBERT, Oliver. *E eu não sou uma mulher?* São Paulo: Ímã Editorial, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MICHELS, Debra. Sojourner Truth (1797-1883). *National Women's History Museum*, 2015. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/sojourner-truth>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- STETSON, Erlene; DAVID, Linda. *Glorying in tribulation: the lifework of Sojourner Truth*. East Lansing: Michigan State of University Press, 1994.
- TRUTH, Sojourner. Narrative of Sojourner truth, a northern slave. In: ANDREWS, William; GATES JR., Henry L. *Slave narratives*. New York: Literary Classics of United States, 2000.
- UNITED STATES. Congress. Constitution of the United States: Nineteenth Amendment. *Constitution Annotated*, S.d. Disponível em: <https://constitution.congress.gov/constitution/#:~:text=Nineteenth%20Amendment&text=The%20right%20of%20citizens%20of,State%20on%20account%20of%20sex>. Acesso em: 7 dez. 2020.

Capítulo 4

Harriet Martineau

**Luna Ribeiro Campos e
Verônica Toste Daflon**

A vida

Harriet Martineau nasceu em junho de 1802 em Norwich, leste da Inglaterra. Seu pai, Thomas Martineau,¹ vinha de uma família bem-sucedida de cirurgiões e trabalhava no ramo da fabricação têxtil. Ele se casou com Elizabeth Rankin, com quem teve oito filhos, dos quais Harriet era a sexta. Sua educação ocorreu majoritariamente em casa, providenciada por seus pais e irmãos. A família, ligada à corrente religiosa do Unitarismo,² prezava pela educação das filhas, e Harriet teve a oportunidade de ser educada junto a seus irmãos, estudando latim, aritmética,

1 Sua família paterna, de origem francesa, havia emigrado em 1688 e se instalado na Inglaterra junto a outros refugiados huguenotes (protestantes) em função da revogação do Édito de Nantes, que garantia a liberdade religiosa na França.

2 Segundo Silveirinha e Ferreira (2019, p. 71-72), o unitarismo ou unitarianismo era um "[...] culto parte de uma grande e divergente tradição religiosa em Inglaterra, que incluía batistas, quacres, metodistas e presbiterianos, todos recusando aceitar a religião de Estado anglicana. A essas denominações eram negadas várias liberdades civis, como o direito ao voto e a participação em universidades. [...] o unitarianismo oferecia uma visão do mundo que não pressupunha um conflito com a ciência. Por isso, era a religião de muitos pensadores orientados cientificamente e que viam a ciência como evoluindo em conjunto com a religião [...]". Wilson (2019) ressalta o compromisso dos unitaristas com o empiricismo, o racionalismo, o bem-estar e a educação moral.